



GÊNEROS JORNALÍSTICOS: PARTINDO DO DISCURSO PARA CHEGAR À FINALIDADE¹

Lia Seixas
Universidade Federal da Bahia

Resumo

Nesses mais de 50 anos de estudos do jornalismo, a finalidade sempre foi considerada “o” critério de classificação de gênero jornalístico. Partiu-se da finalidade para a compreensão e divisão de gêneros. Neste artigo, fundamentado em nossa tese de doutorado, partimos da composição discursiva para, ao final, chegarmos à finalidade. Por fim, assim, compreender a lógica enunciativa dessas composições, lógica esta configurada pela relação entre objeto de realidade, tópico jornalístico e compromisso (ato linguístico). Através do diálogo entre pragmática (Searle) e análise do discurso (Foucault, Maingueneau, Charaudeau), consideramos que: a finalidade é mais uma dimensão da instituição social jornalística do que de uma composição discursiva; e a lógica enunciativa é um critério de definição de gênero mais produtivo do que a finalidade.

Palavras-chave

Gênero jornalístico; finalidade; discurso; pragmática; análise do discurso

Introdução

A finalidade é o principal critério de classificação de gêneros jornalísticos em toda tradição dos estudos do jornalismo. Seja no Brasil, na Espanha, seja para a mídia impressa ou digital, seja nos estudos da comunicação ou da ciência da informação (países baixos e EUA), seja em 1950 ou em 2008. No Brasil, as ciências sociais aplicadas vivem o paradigma funcionalista. Um motivo mais importante, no entanto, é o movimento analítico dos estudos de gêneros dos produtos jornalísticos. Trata-se de uma classificação de unidades discursivas, em geral, de produtos impressos; ao invés, de uma análise dos critérios para classificação dos gêneros. Ou seja, parte-se da finalidade para dividir unidades discursivas, ao invés de partir-se das unidades discursivas, levando-se em conta as dimensões do discurso, para compreender e definir os critérios de uma divisão destas unidades.

Neste artigo, fundamentado em nossa tese de doutorado², o percurso metodológico é inverso: partimos do discurso, suas dimensões linguísticas e

¹ Trabalho apresentado no GP: Gêneros Jornalísticos, IX Encontro dos Grupos/Núcleos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² SEIXAS, Lia. Por uma outra classificação. Uma proposição de critérios de definição de gêneros jornalísticos por impressos e digitais. (tese de doutorado) Salvador, agosto de 2008.



extralingüísticas, para chegar à finalidade. Se o objetivo era sugerir critérios para a definição de gêneros jornalísticos, noção transmidiática, então seria preciso partir do processo comunicativo destas composições discursivas para se chegar àquela que seria a sua função ou finalidade socialmente reconhecida. Portanto, neste momento é preciso dizer que não se está aqui rechaçando ou mesmo desconsiderando o critério da finalidade, mas está-se pondo em dúvida a prevalência da finalidade como critério de definição do gênero jornalístico na sua qualidade de composição discursiva.

Uma primeira conclusão da tese, premissa para este artigo, é que o gênero jornalístico deve ser considerado como ato comunicativo relativamente estável, ou seja, enunciação relativamente estável e não enunciado relativamente estável, como acreditava Bakhtin. Os gêneros discursivos encarnam o processo de comunicação, isto é, têm elementos extra e intra-lingüísticos frequentes e regulares. Na tese, sugerimos quatro principais critérios de definição de gênero para a formação discursiva jornalística (FDJ, por RINGOOT & UTARD, 2005): finalidades institucionais, lógica enunciativa, força argumentativa, identidade discursiva (competências empregadas) e potencialidades do mídiun. Para que as composições discursivas da FDJ sejam consideradas gênero é necessário que se realizem na combinação regular de alguns elementos: 1) lógica enunciativa, que se dá na relação entre objetos de realidade, compromissos realizados e tópicos jornalísticos; 2) força argumentativa, que se dá na relação entre o grau de verossimilhança dos enunciados e o nível de evidência dos OR, medida pelos tópicos jornalísticos; 3) identidade discursiva, que se dá na relação entre status (competências) e as dimensões de sujeito comunicante, locutor e enunciador no ato da troca comunicativa; e 4) potencialidades do mídiun (algumas apenas influentes).

A dialética do evento e da significação: lógica enunciativa

A lógica enunciativa trata da dialética do evento e da significação, problema fundamental da linguagem, problema fundamental da atividade jornalística. Através da aproximação entre a pragmática e análise do discurso; da diferenciação entre discurso e ato de fala; da compreensão de proposição, enunciado e enunciação; da investigação sobre os parâmetros de verdade e de interpretação, chegamos à conclusão de que a AD trabalha a compossibilidade das coisas (hermenêutica) na dimensão da formação



discursiva, o que se traduz em compossibilidade de sentidos, enquanto a pragmática entende a compossibilidade das coisas na experiência das gerações passadas. É a compossibilidade inscrita no “regime dos objetos” que possibilita a formação de um “objeto do discurso”. Considerando-se que há formas de convivência entre a “compossibilidade das coisas” e uma “compossibilidade dos sentidos” para dadas formações discursivas, analisamos como se dá essa convivência na prática jornalística. Para esta tarefa, convocamos ainda a teoria da argumentação (DUCROT, 1980, 1984; ANSCOMBRE & DUCROT, 1983), para a qual o sentido de um enunciado comporta como parte integrante uma forma de influência que se chama força argumentativa. Trabalhamos com a idéia de que o sentido de uma palavra seria saber quais lugares comuns (*topoi*) estão fundamentalmente associados a eles, pois são essas crenças comuns de uma comunidade discursiva que asseguram o encadeamento dos enunciados.

As lógicas enunciativas do discurso das instituições jornalísticas são, então, constituídas por um tipo frequente de relação entre objetos de realidade (OR), tópicos jornalísticos e compromissos realizados pelo ato de linguagem. Os OR são a matéria-prima do jornalismo. A grande maioria dos estudos do jornalismo trabalha com a concepção de que a prática jornalística trata apenas de fatos, o que não é verdade. Existe uma primeira diferença, em geral, não desconhecida entre fato e acontecimento. O fato é algo que passou, ocorrido (GOMES, 1994, p. 66-67), portanto, é o resultado de uma ação, passada. Já o acontecimento é fenômeno em processo, que se apresenta na atualidade. Os acontecimentos podem estar em ocorrência ou terem um dado grau de probabilidade de ocorrer (prováveis, previsíveis e possíveis). Existe, inclusive, uma série de tipos de objetos de difícil delimitação e nomeação pela linguagem.

OBJETOS DE REALIDADE MAIS FREQUENTES DA ATIVIDADE JORNALÍSTICA

DISSERTAÇÃO	TESE
declaração das fontes	declarações: de autoridade (performativa, quando faz ao dizer); de conhecimento (especialista); de testemunho
fato de observação: fenômeno que pode ser constatado pela simples observação das pessoas. Fato ocorrido.	fato dado: 1) passível de constatação: fenômeno que pode ser constatado por simples observação intersubjetiva; 2) passado recente ou histórico: evento conhecido por uma sociedade, que pode ser provado por documentos ou registros.
fato suposto: fato passado ou atual. Quem anuncia o fato suposto não tem certeza de sua ocorrência;	fato suposto: o fato dado, enunciado sem certeza de realização
fato convencional: evento que ocorre por acordo social. São acontecimentos contratuais. Podem apontar para a ação futura. Quando são fatos ocorridos podem, em geral, ser comprovados com leis, normas, contratos, etc.	acontecimento convencionado: ocorrência que se dá por compromisso social, em geral, previamente agendado. Em geral, indica ações futuras.



Acontecimento da conjuntura: acontecimento futuro com determinado grau de probabilidade de ocorrer. Pode ser invocado como consequência de fatos e acontecimentos atuais	acontecimento em processo: em ocorrência ou a ocorrer, podem ser ritualizados, possíveis, prováveis, previstos.
Estado de coisas e estado psicológico de pessoas (intenções, sentimentos). Não são constatáveis.	estado de coisas: situação (na dimensão do contexto); e situação de saber comum (atual, conhecida para uma dada sociedade)
'Verdades': saberes tidos como verdadeiros. Sistemas complexos de ligações entre fatos como objeto de acordo, relativo não só a teorias científicas, mas a saberes compartilhados e estabilizados pela experiência, mas que transcendem as experiências e estão em constante atualização	“verdades”: 1. saberes tidos como verdadeiros; 2. sistemas complexos de ligações entre fatos como objeto de acordo, relativo não só a teorias científicas, mas a saberes compartilhados e estabilizados pela experiência, mas que transcendem as experiências e estão em constante atualização 3. dados, estatísticas com estatuto de verdade resultante de saber científico
fato do conhecimento: dados, estatísticas com estatuto de 'verdade' fruto de saber científico.	dados de saber especializado
	regras: 1) normas e regras conhecidas por uma sociedade 2) normas e regras de saberes especializados
	comportamento de ator social
	estado psicológico de pessoas (um objeto de desacordo, impossível de verificar)
	“opinião pública”: opiniões em acordo num momento determinado

A realidade noticiável inclui o que é verificável pela simples observação, os chamados “objetos de acordo” (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA) de fácil comprovação (passíveis de constatação intersubjetiva pela simples presença), “objetos de acordo” que não são passíveis de verificação (como “verdades” de saberes científicos), até intenções de declarações, objetos abstratos impossíveis de se verificar e mesmo de se alcançar acordo. Em média, segundo amostra da tese, dos OR enunciados pelas notícias, 50% se realiza como fato passível de verificação ou constatação. Nas reportagens, a maioria é outro grupo de OR: articulação entre “objetos de acordo”. A articulação, de alguma ordem, seja por sucessão apenas ou uma relação explícita de causa e consequência, parece originar um terceiro OR construído como enunciado.

Os tópicos (*topoi*) funcionam como senso comum, parâmetros de acordo, pois constituem o saber social sobre objetos, idéias, opiniões (AMOSSY, 2006). Os tópicos jornalísticos são os lugares comuns sobre as relações entre os OR compartilhados pelos públicos, que autorizam determinadas conclusões e configuram, historicamente, lógicas enunciativas. Após uma exaustiva análise de composições, sugerimos os principais tópicos jornalísticos: 1) tópico do factual – crença intersubjetiva (coletiva) de que a atividade jornalística trata apenas de fatos e dados passíveis de constatação ou de verificação; 2) tópico da presença – crença intersubjetiva de que a “testemunha ocular”



garante a função de checagem e verificação de informações do jornalista-repórter; 3) tópico de autoridade – a crença intersubjetiva de que deve falar apenas aquele que é responsável por um evento, tem autoridade (cargo ou conhecimento) para explicar, justificar, analisar; 4) tópico da quantidade – a crença intersubjetiva de que quanto mais declarações têm uma composição, quanto mais pessoas foram ouvidas, mais exato é o conhecimento da realidade.

Os compromissos de um ato de linguagem constituem o propósito reconhecido do fazer linguístico, ação efetivamente realizada ao se proferir algo. Uma das linhas de origem da AD, a Pragmática da Comunicação defende que, ao se produzir um proferimento, está-se fazendo a emissão concreta e particular de uma sentença, de acordo com as condições de êxito (AUSTIN, 1990). Desenvolvidas por John Searle como doze dimensões significativas (SEARLE, 1979), as condições seriam constitutivas ou fundamentais para a realização do proferimento³. O compromisso se dá na e pela realização do ato linguístico. O assertivo, por exemplo, teria como propósito comprometer o enunciador com a adequação da proposição à realidade. Ainda que o enunciador não tenha a intenção ou propósito de asserir, se realizar uma asserção, estará comprometido com a “verdade da proposição” (nas palavras da pragmática).

A instituição jornalística pode conferir ao enunciado a força para se realizar como constativo, o que, por sua vez, interfere na realização do objeto de realidade como fato dado, constatável. Um exemplo representativo do corpus⁴ de nossa tese é uma ocorrência do dia 28 de março de 2007 em uma das mais movimentadas estações de metrô ao norte de Paris. Esta ocorrência foi definida como “guerrilha urbana”, “afrontamentos violentos”, um “palco de violência”. Uma pessoa teria sido abordada por pular as catracas do metrô na *Gare du Nord* e resistido à abordagem dos controladores. Esta ocorrência teria gerado o que se viu em vídeos e imagens fotográficas, vitrines, totens luminosos, lixeiras sendo destruídas, e lojas sendo saqueadas. Comparando as principais matérias de *Le Monde* e *Lemonde.fr*, *El Mundo* e

³ Em nossa dissertação de mestrado, chegamos à conclusão de que apenas cinco das doze dimensões são necessárias na realização do proferimento: 1) propósito ilocucionário; 2) força ilocucionária; 3) instituição extralinguística; 4) conteúdo proposicional; e 5) estatuto de falante e ouvinte. SEIXAS, Lia. **Os atos verbais jornalísticos. Um estudo dos ‘fazeres’ jornalísticos por editoriais de política.** Dissertação de mestrado. Salvador, junho de 2000. Disponível em: <http://repositorio.portcom.intercom.org.br/bitstream/1904/4381/1/NP2SEIXAS.pdf>.

⁴ Ao todo, foram analisadas 324 composições discursivas. Às ocorrências se somam outros quatro critérios: 1) veículos jornalísticos; 2) mídia; 3) editoriais e 4) período. São seis veículos jornalísticos do “jornalismo de atualidade”, organizações tradicionais e de grande audiência: *Le Monde S.A*, *Folha da Manhã S.A* e *El Mundo*. Privilegiando a noção de gênero, selecionamos a mídia tradicional (impressos) e a nova mídia (webjornais). Um dos eixos para a seleção da amostra de composições são quatro editoriais: internacional/mundo, cotidiano/sociedade, política/nacional e cultura/ilustrada. O período de análise corresponde a três meses do ano de 2007: março, abril e maio.



Elmundo.es, Folha de S.Paulo e Folha Online, destacamos exemplos representativos da dinâmica de constituição de um OR resultado de apuração jornalística realizado como objeto passível de constatação⁵:

29/03/07 Le Monde Questions sur les violences de la Gare du Nord Jeunes et policiers se sont affrontés durant plusieurs heures Gabriel Bourovitch et Piotr Smolar	29/03/07 El Mundo El rebrote de la guerrilla urbana caliente la campaña francesa⁶ Royal ataca a Sarkozy tras los graves incidentes ocurridos en una estación ferroviaria de París por la detención de un inmigrante desprovisto de billete RUBÉN AMON. Corresponsal	29/03/07 Folha de S.Paulo Polícia de Paris usa gás contra jovens no metrô⁷ DA REDAÇÃO
A la suite d'un banal contrôle de titre de transport, mardi 27 mars, à la gare du Nord, à Paris, de violents incidents ont éclaté vers 16 h 30. Un voyageur de 32 ans, en situation irrégulière, a été interpellé par des agents de la RATP après avoir tenté de frauder. Cette interpellation a dégénéré en affrontements entre policiers et bandes de jeunes qui se sont prolongés jusque tard dans la nuit. Ils ont provoqué des dégâts dans la gare souterraine. Treize personnes dont cinq mineurs ont été appréhendées par les forces de l'ordre et placées en garde à vue. (...)	(...) La revuelta urbana se prolongó hasta la madrugada de ayer a raíz de un accidente anecdótico. Los vigilantes del metro parisino retuvieron a un inmigrante congelés desprovisto de billete, pero no sospechaban que la maniobra fuera a provocar la indignación de un grupo de jóvenes de origen africano, ni imaginaban que la revuelta pudiera contagiarse a gran escala. (...)	A polícia de Paris teve que disparar gás lacrimogêneo ontem na Gare du Nord, uma das principais estações de metrô da capital, para deter bandos de jovens que saquearam lojas e quebraram vitrines. Segundo a polícia, os tumultos começaram quando um fiscal pediu o bilhete do trem a um dos jovens. Grupos de vândalos logo começaram a jogar objetos na polícia e começou o confronto. Uma mulher teve que ser hospitalizada após inalar gás. (...)

Estes são os primeiros parágrafos das matérias principais nos impressos. Os três destaques em negrito têm como objeto de realidade a ocorrência noticiável: o passageiro interpelado pelos controladores por ter tentado passar nas catracas do metrô sem bilhete. O objeto trata de uma ocorrência inverificável por constatação, mas que é também uma ocorrência de natureza constatável por simples observação. Sabe-se - e este é um saber social prévio - que é possível presenciar a ação do passageiro pulando as catracas e sendo abordado pelos controladores. Inclusive poderíamos acrescentar que a população das três cidades sede dos veículos jornalísticos convive diariamente com o sistema de metrô e conhecem suas regras e sanções. O objeto constituído no texto é o resultado, portanto, do saber jornalístico produzido por checagem de dados, contraposição de declarações de testemunhas e fontes oficiais, além de, possivelmente, documentos oficiais. Ou seja, um saber operado por determinadas competências, como a de apurar informação. Uma prova disto é que o único veículo em que o objeto é construído como “declaração” em ordem indireta é na Folha de S.Paulo, sem correspondente.

⁵ Essa é a dinâmica da tese: análise com exemplos representativos. Mas, por falta de espaço, não pudemos segui-la aqui neste artigo.

⁶ El Mundo. “El rebrote de la guerrilla urbana caliente la campaña francesa”. Disponível em: <http://www.elmundo.es/papel/2007/03/29/mundo/2104634.html>. Acesso em fevereiro de 2009.

⁷ Folha de S.Paulo. “Polícia de Paris usa gás contra jovens no metrô”. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft2803200714.htm>. Acesso em fevereiro de 2009.



A força que o objeto de realidade adquire na enunciação jornalística é de um fato dado como algo que foi constatado, embora tenha sido algo apurado por aqueles que assinam os textos. O grau de verossimilhança da adequação do enunciado à realidade vem de um tópico universal, que diz respeito ao conhecimento da natureza de uma ação, passível de observação intersubjetiva. Este tópico origina o tópico jornalístico da presença, segundo o qual a condição de “testemunha ocular” garante a função de checagem e verificação de informações do jornalista-repórter. A assinatura, ou seja, o estatuto dos enunciadores faz parte do grau de verossimilhança, pois os nomes de jornalistas no início ou final do texto indicam que o jornalista foi testemunha das ocorrências descritas. Na Folha de S.Paulo, a opção pelo discurso indireto responsabilizando a fonte indica que o enunciador não se responsabiliza pela informação. Este conhecimento, no entanto, não é tão vasto a ponto de se tornar um tópico jornalístico, compartilhado pelo público-leitor da Folha. Mas se compartilha o saber de que, assim como em todos os outros textos da finalidade de informar, o veículo jornalístico tem responsabilidade sobre o que é afirmado.

Os objetos da FDJ são considerados, em princípio, verificáveis. Há uma idéia de que todo objeto de realidade (OR) tratado pela atividade jornalística tem a qualidade de verificação. Por isso, funciona ainda um elemento na determinação da força de verossimilhança de um OR realizado no ato comunicativo: o coeficiente de verificação. O coeficiente de verificação de um OR é medido pelos tópicos jornalísticos. Quanto maior for o coeficiente de verificação de um objeto, maior o grau de verossimilhança e, conseqüentemente, mais próximo de uma evidência está. O enunciado evidente é aquele cujos OR se apresentam como objetos de acordo. Portanto, o movimento dos assertivos é trabalhar com sua qualidade de verificação e seu coeficiente de verificação de maneira que se realizem como fatos indiscutíveis. São os tópicos jornalísticos que funcionam como um sistema de mediação do nível de evidência dos objetos, conseqüentemente, no grau de verossimilhança dos assertivos. O discurso jornalístico é argumentativo pela relação que estabelece entre ação discursiva e objeto de realidade. A força argumentativa é uma dimensão inerente a numerosos discursos, o que não deve ser confundido com objetivo argumentativo (ANSCOMBRE & DUCROT, 1983, p. 164). Argumentar e ação argumentativa são essencialmente diferentes. O ato de argumentar pode fazer parte ou não de um pensamento argumentativo, como ocorre em diversas composições da organização jornalística. Enfim, o ato de argumentar não precisa, necessariamente, ter uma estrutura argumentativa/dissertativa.



As composições discursivas denominadas de crítica lidam com objetos de desacordo, indefinidos, abstratos e objetos que são o resultado de conexões entre esses objetos. Como a adequação entre enunciado e realidade não parece verossímil segundo os tópicos universais e os tópicos jornalísticos, o parâmetro de verossimilhança é transferido para a subjetividade do enunciador. Isso significa dizer que é o lugar social, a competência e o poder do enunciador naquele momento que vão servir de parâmetro para aqueles objetos sob os quais não se tem saber social prévio, sob os quais não se tem acordo social ou sob os quais se faz julgamento de valor. Portanto, não há uma necessidade primeira de verificação, quem manda é o estatuto.

Outro exemplo retirado da tese: uma crítica de artes plásticas na Folha de S.Paulo publicada em 28 de março de 2007.

28/03/07 Folha de S.Paulo Crítica/artes plásticas Marilá Dardot propõe um bom exercício de silêncio em exposição FABIO CYPRIANO DA REPORTAGEM LOCAL
"Para que ninguém possa ver no fundo de mim e da minha última vontade por isso inventei o longo, luminoso silêncio", escreve a artista Marilá Dardot na primeira porta de vidro que inicia uma série de oito em sua instalação "Sob Neblina [em segredo]", em cartaz do Centro Cultural Banco do Brasil de São Paulo (CCBB). [1º parágrafo]
A frase dá o tom ao percurso pelo qual o visitante precisa atravessar para chegar ao fim da instalação, um "luminoso silêncio", que é marcado pelas frases escritas em jato de areia nas portas, nem sempre de fácil leitura, como nem sempre costuma ser agradável o silêncio. [2º parágrafo] (...) Dardot tem construído sua poética por um intenso diálogo com a literatura - livros e autores têm sido referências permanentes em suas obras. No novo trabalho, essa relação se intensifica, com uma imersão que torna o percurso ritualístico: é na leitura de cada frase que o caminho se realiza, que cada porta-página se abre, até que se chegue ao fim desse silencioso exercício, não por acaso à frente da porta fechada de um cofre, realizando aquilo que se previa na primeira frase: algo se mantém em segredo. [4º parágrafo]
MARILÁ DARDOT SOB NEBLINA [EM SEGREDO] Onde: Centro Cultural Banco do Brasil (rua Álvares Penteado, 112, Centro, tel. 3113-3651) Quando: de ter. a dom., das 9h às 20h; até 29/4. Quanto: entrada franca Avaliação: Bom

No segundo parágrafo, o crítico Fábio Cypriano compara um objeto de constatação e um objeto abstrato: texto da instalação e “silêncio”. A relação operada não encontra respaldo nos tópicos, pois, embora um dos objetos seja de acordo, como a obra, o outro objeto é um conceito, o quanto é agradável o silêncio. Esta articulação é de difícil acordo. Não há parâmetros definidos ou claros em circulação no saber social prévio para se medir o nível de agradabilidade do silêncio. Por isso, o ato de linguagem se realiza como opinativo⁸, cujo compromisso é com a crença na adequação do

⁸ O opinativo não é reconhecido pela pragmática como um tipo de ato linguístico. Em nossa dissertação, sugerimos: “O fazer da opinião é comprometer o agente-emissor com a crença na adequação do que diz à realidade. O princípio da veracidade se mantém porque quem opina se coloca com defensor da verdade daquilo que afirma, assim como quem realiza uma asserção. (...) O fazer da opinião, no jornalismo, tem como efeito prático a crença de que a verdade



enunciado à realidade. A crença em questão, evidentemente, é a crença do locutor (o ser do discurso, Ducrot), que tem estatuto condizente com o ato de linguagem. Melhor, de quem se espera esse tipo de ato de linguagem. E a quem é permitido lidar, operar, nomear, relacionar objetos de desacordo, como sentimentos, sensações, qualidades, atributos de objetos definidos, valores.

A autoridade para ser um crítico cultural numa instituição jornalística vem, frequentemente, das quatro competências: do reconhecimento, de procedimento, do discurso e de domínio. Ou seja, além de ter as competências exigidas para os discursos da finalidade informativa, o crítico deve ter uma competência do domínio cultural. É esta competência que o habilita a poder avaliar e dar sua opinião, absolutamente subjetiva. O Fábio Cypriano, além de jornalista, é doutor em teatro, assunto sobre o qual escreveu por 5 meses antes de começar a escrever sobre artes plásticas em outros veículos, antes da Folha de S.Paulo. Desde 97, já frequentava esse circuito e portanto, conhecia os atores sociais, os objetos, enfim, sua formação discursiva. Portanto, quando começou a cobrir artes plásticas na Folha, em 2005, Fábio Cypriano já estava em cultura há oito anos. A identidade discursiva se configura com estatuto, cargo, funções, ações que se pode realizar, lugares institucionais onde se obtém o discurso, seus objetos específicos, seus instrumentos de verificação e a situação que pode ocupar em relação a um domínio e seus objetos.

Os objetos de críticas culturais parecem ser apenas os produtos, obras, exposições, instalações, eventos, portanto, natural e frequentemente, objetos passíveis de constatação e verificação. No entanto, os objetos de realidade, além de incluírem objetos de desacordo (abstratos, indefinidos), se compõem também da conexão entre objeto de acordo e de desacordo, mas também apenas entre objetos de desacordo. Há uma constituição mútua entre objeto de realidade e compromisso realizado, pela qual o objeto reconhecido é aquele que se configura no ato da troca comunicativa. A lógica enunciativa responde, assim, ao problema da relação entre realidade e discurso.

Finalidade da instituição

Além da instituição linguística, que define regras gramaticais e sintáticas para a

da proposição não é evidente e, por isso, é crença do agente-emissor, podendo a proposição ser verdadeira ou falsa. (...)” Seixas, Lia. Os atos verbais jornalísticos. Um estudo do “fazer” jornalísticos por editorias de política. Salvador, junho de 2000, p. 150-151.



constituição de enunciados, muitos atos de linguagem requerem instituições extralinguísticas para se realizarem. É nesta perspectiva que a instituição extralinguística entra como condição de realização para a Pragmática. No caso da AD, a instituição aparece, digamos, diluída em outras condições como a própria finalidade reconhecida e lugar e momento legítimos. Para Charaudeau, essa condição de realização, já denominada como “domínio do saber” (1995) e “condição temática” (1997), é em seu último livro, chamada de “propósito” (*propos*). Esta dimensão, segundo Charaudeau, se constituiria no objeto compartilhado do ato de comunicação, o qual, no caso da mídia informativa, é o acontecimento construído através do mecanismo do duplo processo de semiotização do mundo (RICOUER, 1997). Para nós, trata-se da relação entre objeto de realidade, compromisso e tópico jornalístico, ou seja, da lógica enunciativa do discurso. Esta relação entre discurso e realidade, é, por sua vez, estabelecida segundo dadas competências.

A outra face desta dimensão é a instituição como prática social, não apenas se é obrigatória para a realização de um ato de linguagem, mas como os preceitos normativos e empíricos interferem na realização de um ato de linguagem. No caso do jornalismo, trata-se de compreender a concepção hegemônica do jornalismo moderno, firmado nas sociedades ocidentais no século XIX. Trata-se do jornalismo como campo social legítimo com: 1) códigos deontológicos, valores e princípios; 2) funções sociais reconhecidas; 3) prática social, com relações sociais e competências empregadas. Trata-se, enfim, de compreendê-la segundo formação discursiva.

Durante o século XIX, o campo do jornalismo foi se formando e hoje, pode-se dizer, se constitui em uma instituição social com papéis reconhecidos na sociedade.

(...) De fato, não será difícil reconhecer que doi se formando uma instituição que chamaremos de jornalismo, reconhecida socialmente e com um ethos específico. (...) De todo modo, chegou um momento em que o jornalismo é socialmente reconhecido como um sistema de princípios, de valores, de relações objetivas e de distribuição de reconhecimento, como um campo social. Há um campo social quando se verifica um sistema de relações objetivas que determinam o lugar que cabe a cada indivíduo que aí é incluído, que estabelece cada posição, quanto vale cada um, representa e acumula em prestígio e reconhecimento. (...) (GOMES, 2004, p.53)

O campo jornalístico é institucionalizado segundo um quadro jurídico de leis, de códigos de ética. A referência principal e denominador comum da deontologia do jornalismo é a “Declaração dos deveres e direitos dos jornalistas”, adotada em Munique em 1971. Desta, Cornu destaca as normas profissionais dos jornalistas:

As normas profissionais dos jornalistas podem ser reduzidas a seis temas principais:

- a liberdade de expressão e da crítica, como também a defesa de tais direitos;
- a proteção da independência e integridade profissionais dos jornalistas, pela não-aceitação de quaisquer influência exterior sobre o trabalho jornalístico, bem como pelo reconhecimento de uma cláusula de consciência;
- o respeito à verdade na busca e elaboração da informação;
- a utilização de meios legítimos na busca dessa informação;
- o devido respeito às fontes e pessoas, parte do objeto da informação, bem como o respeito ao direito autoral e às regras em matéria de citações;
- o igual tratamento das pessoas, evitando qualquer forma de discriminação. (CORNU, 1997, p. 44)

Esses temas instituem os códigos deontológicos, fixam direitos e deveres do jornalista no exercício de sua profissão. No centro da questão, portanto, estão a informação e aquilo que se chama de “busca pela verdade”. Afinal, o único papel da instituição social jornalística é informar? Quais os papéis da instituição jornalística?

(...) O jornalismo como campo, por exemplo, poderia ser bem compreendido como um sistema social voltado para a produção de informação sobre a atualidade. Toda a sua distribuição de prestígio e reconhecimento está associada à capacidade, demonstrada por cada um dos seus agentes, de obter informação de qualidade, relevante, com rapidez e – grau supremo de distinção – exclusiva, de redigi-la da maneira apropriada, de publicá-la e produzir com ela um efeito na realidade. (...) Recompensa-se a capacidade de produzir boa informação -, o controle sobre um sistema de fontes influentes e bem informadas, um texto elegante e eficiente e, sobretudo, a capacidade de gerar repercussão social ou produzir efeitos na realidade a partir do que se escreve. (GOMES, 2004, p. 54)

É fácil se aceitar que, embora não se possa definir universalmente todas as funções da instituição jornalística, uma é inquestionável: a função de informar. Mais especificamente, a função é produzir informação sobre o estado atual do mundo, a atualidade. Como afirma Josenildo Guerra, a atividade jornalística estaria estruturada em alguns pontos fundamentais: contrato de mediação cognitiva entre a realidade e os indivíduos; critérios de relevância (valores-notícia); percurso interpretativo da notícia; e parâmetros de verdade e relevância das informações (GUERRA, 2003, p.16-17). São elementos preocupados com a relação entre realidade e discurso, operada pelo jornalismo.

Outra função social reconhecida, histórico-socialmente, da instituição jornalística é a de mediadora dos debates públicos. Ainda que o papel de mediação seja diferente nos EUA, Brasil e França, a instituição jornalística, principalmente por sua origem, deve “pôr em debate”:

A tradição do “quarto poder” americana se baseia no modelo conhecido como “checks and balances”, no qual a divisão e a interdependência dos poderes (...) são consideradas como a melhor garantia da defesa dos direitos dos cidadãos, em oposição à ameaça da tirania. Neste sentido, o exercício do “quarto poder” pelo jornalismo estaria ligado ao compromisso deste com a Constituição e com o sistema de três poderes entendido como um todo. A tradição do Poder Moderador faz uma leitura diferente do problema da divisão de poderes: por um lado, ela é considerada como um requisito obrigatório para definir uma sociedade como politicamente civilizada; por outro, ela é considerada um estorvo, dado que a divisão de poderes (entendidos como poderes independentes, antes que interdependentes) é considerada como uma ameaça potencial à governabilidade e à ordem social. Cabe ao Poder Moderador intervir nesses conflitos para restaurar a ordem. (...) (ALBUQUERQUE, 2004, p.4)

Enquanto os jornalismo norte-americano e anglo-saxônico se firmaram sobre a idéia de exatidão, da objetividade, da checagem de informações e veracidade, o jornalismo francês, originado na imprensa da *Belle Époque*, manteve relações muito fortes com a literatura e a política, pois além de muitos autores dos textos publicados serem de outros campos sociais, o jornalista era, no início, considerado como também um líder de opinião. A história da configuração do jornalismo em cada sociedade tem como efeito uma diferença no reconhecimento de suas funções enquanto instituição social e, conseqüentemente, nos compromissos que enunciadores podem realizar.

Na França, por exemplo, vale, segundo Neveu (2004), a diferenciação de Tunstall (1971) entre empresa de imprensa e empresa de produção da informação. A empresa de imprensa seria aquela em que os jornalistas estão organizados numa sociedade de redatores (como ocorre com o *Le Monde* na França) tomadas por uma linha editorial, pelos imperativos de produção da informação e que têm, assim, uma possibilidade de governar sua prática. A empresa de produção de informação, como muitas organizações de revistas, a produção da informação é pensada como uma atividade econômica sem grande particularidade, orientada pelo marketing e normalizadas (TUNSTALL Apud. NEVEU, 2001, p. 39). Embora esta não seja uma diferenciação claramente operada no Brasil, é uma mostra da importância da necessidade em diferenciar as organizações em detrimento das normatividades.

A instituição jornalística é da ordem da normatividade, do reconhecimento que uma dada sociedade, numa dada época, a confere, enquanto a organização jornalística é a empresa, das práticas sociais:

A instituição jornalística representa uma concepção da atividade, que molda determinados padrões do ser e fazer profissionais, os quais se consolidam pela sua relativa eficácia com o passar do tempo. A própria consolidação da



instituição se dá com a consolidação desses padrões que não são apenas relacionados às tecnologias dos suportes midiáticos, mas, sobretudo, técnicos: um conjunto de procedimentos de trabalho. Tais padrões são na verdade uma tipificação de fazeres e condutas, que constituem um acervo de conhecimentos sempre tomados à mão como referência de ação, seja para o fazer seja para a conduta. Além disso, essa tipificação de fazeres e condutas têm uma dimensão interna à instituição, mas também externa. Isso significa que a partir dela se estabelece um contrato pertinente a relações e obrigações recíprocas entre os que fazem parte da instituição, assim como estabelece um outro contrato de relacionamento entre a instituição e os demais atores sociais. (...) (GUERRA, 2003, p. 79)

A primeira é da dimensão normativa, enquanto a segunda é de ordem empírica. A organização é definida como “célula institucional”, onde se manifestam o que a instituição determina formalmente. É na organização que ocorrem os problemas institucionais e extra-institucionais, além dos organizacionais e extra-organizacionais. As organizações podem ser analisadas por suas condições estruturais (aspectos macro-sociais), conjunturais (possibilidades e limites num momento) e situacionais (ocorrência pontual). As organizações jornalísticas podem se constituir em conglomerados jornalísticos, agências de notícias, imprensa escrita, redes de audiovisual, além de poderem produzir periódicos (jornais e revistas), diversos tipos de programas telejornalísticos, radiofônicos, uma infinidade de produtos digitais, enfim, gerando o que se poderia chamar de gêneros de organizações e gêneros de produtos.

Esta diferenciação, além de ter em conta a diversidade de conglomerados possíveis e a diversidade de produtos já reconhecidos nos mercados, demonstra a influência das condições de produção quanto ao emprego de competências, responsabilidades e compromissos dos jornalistas e não-jornalistas que trabalham para a organização. Assim, é possível conhecer como se apresentam os estatutos dentro da organização e em relação à composição discursiva; enfim, como as organizações jornalísticas cumprem finalidades reconhecidas institucionalmente, principalmente nas composições discursivas que produz.

As finalidades dos atos de linguagem, das composições discursivas, estão, portanto, na dimensão da instituição, ou seja, daquilo que é reconhecido socialmente e não na dimensão das composições discursivas. Os estudos do jornalismo sugeriram finalidades que vão de relatar, opinar, a divertir, analisar e interpretar.

FINALIDADES DO JORNALISMO PARA ESTUDIOSOS DO CAMPO (ESPANHA, BRASIL, EUA)



Albertos, Martínez (1962, 1974)	Gomis Lorenzo (1989)	Núñez Ladevèze (1991, 1995)	Beltrão Luiz (1976)	Marques de Melo, J. (2006)	Bond, Fraser (1959)	Macdougall, Curtis (1963)	Meyer, Phillip (1991)
Relatar	Interpretação informativa	Informar	Informar	Informar	Informar	Transmitir informação	
	Interpretação opinativa	Ajudar a compreender o que ocorre	Orientar	Opinar	Orientar		
Analisar				Jornalismo Interpretativo	Interpretar	Interpretar	Interpretação com método
			Divertir	Jornalismo diversional	Entreter		
				Jornalismo Utilitário			Jornalismo Público
Persuadir		Convencer					

Assim como opinar não é finalidade de uma coluna, pois pode ser também analisar e informar, no artigo o que incide é a função institucional de “poder moderado”, de mediar o debate público. Para a instituição jornalística o que importa é esta finalidade e não uma finalidade opinativa ligada à estrutura organizacional do texto.

Informar é função institucionalizada da atividade jornalística, enquanto entreter não é aceita como finalidade institucional. Composições discursivas publicadas em veículos jornalísticos como o *cartoon* obedecem a finalidades de outros domínios (outras formações discursivas). A crônica, embora com o “gancho” do cotidiano e da realidade é ficcional, do campo da literatura. Portanto, parece haver uma confusão entre o que é ou não produto do fazer jornalístico, ou melhor, quais composições estão sob a égide de uma das finalidades da instituição jornalística e quais não estão. O problema pode estar numa confusão comum: a de que tudo que é publicado em um veículo jornalístico é resultado de atividade jornalística. O jornal impresso, além disso, é um produto com um espaço determinado, uno, que sugere essa unidade nas composições discursivas. Assim como os anúncios, muitas composições discursivas são produto de outras indústrias, que, embora midiáticas, não são jornalísticas.

No campo jornalístico, além da divisão de gêneros jornalísticos que seriam os gêneros do jornalismo, também existe uma divisão do fazer jornalístico em gêneros de jornalismo. Informativo, interpretativo, de aprofundamento, investigativo, opinativo, diversional e de precisão seriam esses gêneros de jornalismo, enfim existiriam “jornalimos”. Ao se defender a existência de “jornalimos”, está-se defendendo diferentes competências e técnicas. Talvez se possa falar no emprego de dadas competências, mas não acreditamos que se possa falar em diferentes competências para



diferentes “jornalismos”. Se assim for, as competências do fazer jornalístico, da instituição social jornalística, deveriam incluir ações ligadas a divertir e entreter, por exemplo.

Por isso é importante analisar o fazer jornalístico em termos de competências. Essas competências constituem o que Ericson, Baranek e Chan (1987), trazidos por Nelson Traquina em uma das obras de maior referência para as teorias do jornalismo, sistematizam como os saberes principais da atividade jornalística: o “saber do reconhecimento”, o “saber de procedimento” e o “saber de narração”:

O “saber do reconhecimento” é a capacidade de reconhecer quais são os acontecimentos que possuem valor como notícia; aqui o jornalista mobiliza os critérios de noticiabilidade, um conjunto de valores-notícia, tais como a notoriedade, o conflito, a proximidade geográfica (...).

(...) Depois de reconhecer as ocorrências ou as questões como valor-notícia, o jornalista precisa de mobilizar o “saber de procedimento”, ou seja, os conhecimentos precisos que orientam os passos a seguir na recolha de dados para elaborar a notícia. A competência noticiosa implica também o conhecimento específico de identificação e verificação dos fatos.

(...)

O “saber da narração” também implica a capacidade de mobilizar a linguagem jornalística, o chamado “jornalês” (...), com suas regras estilísticas (uma sintaxe direta e concisa, as palavras concretas, a voz ativa, a descrição detalhada, a precisão do pormenor). (TRAQUINA, 2005, p. 42-43)

Mais do que regras estilísticas, o “saber de narração” é um saber das lógicas discursivas, dos modos de enunciação, que inclui estratégias discursivas. Na finalidade reconhecida de mediação, a competência inclui os saberes de reconhecimento no sentido do que merece ou deve ter visibilidade pela instituição jornalística e o saber discursivo para operar com determinadas situações de enunciação. Para efeito de exatidão do termo profissional, chamaremos os saberes empregados na prática jornalística de competência de reconhecimento, competência de procedimento, competência discursiva e competência de domínio, que é o saber especializado sobre outro domínio que não o jornalístico.

Diante das competências exigidas, a competência de procedimento se tornou o dever mais simbólico para a prática discursiva jornalística. Trata-se de apuração, de checagem de informação, do que os norte-americanos consideram como a “essência do jornalismo”, por isso defendem a verificação como uma disciplina da atividade jornalística que pode dotar-se de métodos, objetivos. Menos acadêmico e científico do



que Phill Meyer (1991), Kovach e Rosenstiel (2004) procuram sugerir “princípios intelectuais” da reportagem:

Ao ouvirmos e estudarmos os pensamentos de jornalistas, cidadãos e outros interessados no assunto da informação, observamos um conjunto firme de conceitos básicos da disciplina da verificação. São os princípios intelectuais da ciência da reportagem:

- Nunca acrescente nada que não exista
- Nunca engane o público
- Seja o mais transparente possível sobre seus métodos e motivos
- Confie só no seu próprio trabalho de reportagem
- Seja humilde (KOVACH & ROSENSTIEL, 2004, p. 123)

A partir destes princípios, listam algumas técnicas para poder praticá-los: procedimentos de exatidão, verificação de supostos fatos (não assumir nada), o uso de fontes anônimas, checagem de sua verificação no próprio texto e edição cética. Na verdade, é uma busca, como a de muitos autores estadunidenses, sobre métodos e técnicas para se verificar informações, como se toda informação pudesse ser verificada, o que não ocorre regularmente.

Atualmente, os principais gêneros, conhecidos por classificações e manuais, nasceram com o jornalismo de atualidade, ou seja, o jornalismo da chamada imprensa tradicional que trata dos acontecimentos da atualidade e do cotidiano, da atividade jornalística que surge com a imprensa escrita, para as quais os imperativos são estabelecidos pela produção de informações. Acreditamos que esta especificação é importante, não só pela variedade de produtos e organizações jornalísticas, mas também porque o jornalismo de atualidade constitui a prática discursiva mais representativa desta atividade social.

Conclusões

Ao final, duas considerações podem ser feitas: 1) a finalidade mais uma dimensão da instituição social jornalística do que de uma composição discursiva; e 2) a lógica enunciativa é um critério de definição de gênero mais produtivo do que a finalidade, pois, enquanto a finalidade trata de antemão de um propósito, a lógica enunciativa incide sobre o problema-chave do jornalismo, a relação operada entre discurso e realidade.

No Brasil, são reconhecidas socialmente, pelo menos, três finalidades da instituição jornalística: mediação, informação e opinião. A finalidade da mediação está



na origem da imprensa fundamentada no dever da liberdade de expressão, na ordem do que se entende como “poder moderador” do debate social, mediadora dos debates públicos, portanto, de uma “agenda de opinião” (NEVEU, 2004). A finalidade da informação, indiscutível e primeira da atividade jornalística dos dias atuais, que funda os principais valores, conforma os procedimentos e demarca responsabilidades. E a finalidade de opinião, firmada com o direito de análise e crítica da realidade.

Referências bibliográficas

- AUSTIN, John. **Quando dizer é fazer. Palavras e ação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- AMOSSY, Ruth. **L'argumentation dans les discours**. Paris: Armand Colin, 2006.
- BAKHTIN, Mikhail. **Os gêneros do discurso**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- BELTRÃO, L. **Jornalismo Opinativo**. Porto Alegre: Sulina, 1980.
- BOND, Fraser. **Introdução ao Jornalismo**. Rio de Janeiro: Agir Editora, 1959.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.
- FOUCAULT, M. **L'arqueologie du savoir**. Paris: Gallimard, 1969.
- GOMES, Wilson. **Verdade e perspectiva (A questão da verdade e o fato jornalístico)**. In: Revista Textos de Cultura e Comunicação, Nº 26, V. II, Salvador, 1994.
- GOMES, Wilson. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. São Paulo: Paulus, 2004.
- GOMIS, Lorenzo. **Teoría de los géneros periodísticos**, Barcelona: Editorial UOC, 2008.
- IHLSTRÖM, Carina. **The evolution of a new(s) genre**. Tese de doutorado, Gothenburg University, setembro de 2004. Disponível em: <http://www.hgu.gu.se/files/fakultetskansli/abstract/ihlstrom.pdf>. Acesso em 28/07/2008.
- KOVACH, Bill & ROSENSTIEL, Tom. **Jornalismo. O que os jornalistas devem saber e o público exigir**. Prefácio de Fernando Rodrigues. Trad. Wladir Dupont. São Paulo: Geração Editorial, 2004.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. São Paulo: Cortez, 2002.
- MARTINEZ Albertos, Jose Luís. **Curso general de Redacción Periodística**. Barcelona: Paraninfo, 1983.
- MARQUES DE MELO, José. **A opinião no Jornalismo Brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 2ª edição revista, 1994.
- MEYER, Philip. **The new precision journalism**. 1991. Disponível em: <http://www.unc.edu/%7Epmeyer/book/>. Acesso em 28/07/2008.
- MILLER, Carolyn. **Genre as Social Action**. In: Quarterly Journal of Speech, Nº 70, maio de 1984, pp. 151-167. Disponível em: <http://www4.ncsu.edu/~crrmiller/Publications/MillerQJS84.pdf>. Acesso em 28/07/2008.
- NEVEU, Erik. **Sociologie du journalisme**. Paris: La Découverte, 2004.
- NUÑEZ LADEVÉZE, Introducción AL periodismo escrito. Barcelona: Ariel Comunicación, 1995.
- PERELMAN, Chaim & OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação. A nova retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- REZENDE, Guilherme. **Telejornalismo no Brasil**. São Paulo: Summus, 2000.
- RINGOOT, R. & UTARD, Jean-Michel. **Le journalisme en invention. Nouvelles pratiques, nouveaux acteurs**. Rennes, PUR, coll. Res Publica, 2005.
- RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa (tomo 3)**. Trad. Roberto Leal Ferreira, Campinas-SP: Papyrus, 1997.
- SEARLE, John. **Expressão e Significado. Estudos da teoria dos atos de fala**. Trad. Ana Cecília G.A. De Camargo e Ana Luiza Marcondes Garcia. São Paulo: Martins Fontes, 1995.



SEIXAS, Lia. **O que é jornalismo? É possível entender através dos gêneros.** Entrevista realizada com o professor José Marques de Melo em Gêneros Jornalísticos, 26 de abril de 2008. Disponível em: <http://www.generos-jornalisticos.blogspot.com>. Acesso em 20/07/2008.

SEIXAS, Lia. **Os atos verbais jornalísticos. Um estudo dos ‘fazeres’ jornalísticos por editoriais de política.** Dissertação de mestrado. Salvador, junho de 2000. Disponível em: <http://repositorio.portcom.intercom.org.br/bitstream/1904/4381/1/NP2SEIXAS.pdf> Acesso em 28/07/2008.

TODOROV, Tzvetan. **As estruturas narrativas.** São Paulo: Perspectiva, 1979.